

23 de outubro de 2024 | n° 98

Sindilex Participa de Mobilização em Brasília em Defesa das PECs dos Servidores



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Pública participa de Reunião Preparatória do G20
- TCU Aponta Falhas na Governança Climática do País
- Câmara Federal Aprova Participação de Municípios em Contratos de Energia

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

8 e 9 de outubro

Sindilex Apoia Mobilização da Pública em Brasília

Os vice-presidentes do Sindilex, Miguel Lima e Marcos Alcyr, serviram em Brasília para participar da mobilização da Pública, junto com outros 70 representantes de sindicatos e associações filiadas à Pública Central do Servidor. Eles visitaram gabinetes de deputados no Congresso Nacional para buscar apoio à PEC 06/2024, que trata da desoneração da contribuição previdenciária dos servidores aposentados, ao PLP 21/2023, que propõe o descongelamento de 583 dias de tempo de serviço do período da pandemia, e contra a PEC 66/2023, que se aplica a EC 103/2019 (reforma da previdência da União) de forma integral nos Estados e Municípios, entre outras diretrizes de luta dos servidores públicos.



10 de outubro

Reunião da Pública em Brasília

Os vice-presidentes do Sindilex, Miguel Lima e Marcos Alcy, participaram da reunião de todos os diretores em Brasília, na Casa das Centrais.



Imagem: Reprodução

14 de outubro

Reunião da Comissão Paritária

O presidente Daniel Santos, os vice-presidentes Marcos Alcy e Miguel Lima, o secretário-geral e o presidente da Fenalegis, Eduardo Carrion, participaram da reunião da Comissão Paritária, que discutiram a seguinte pauta:

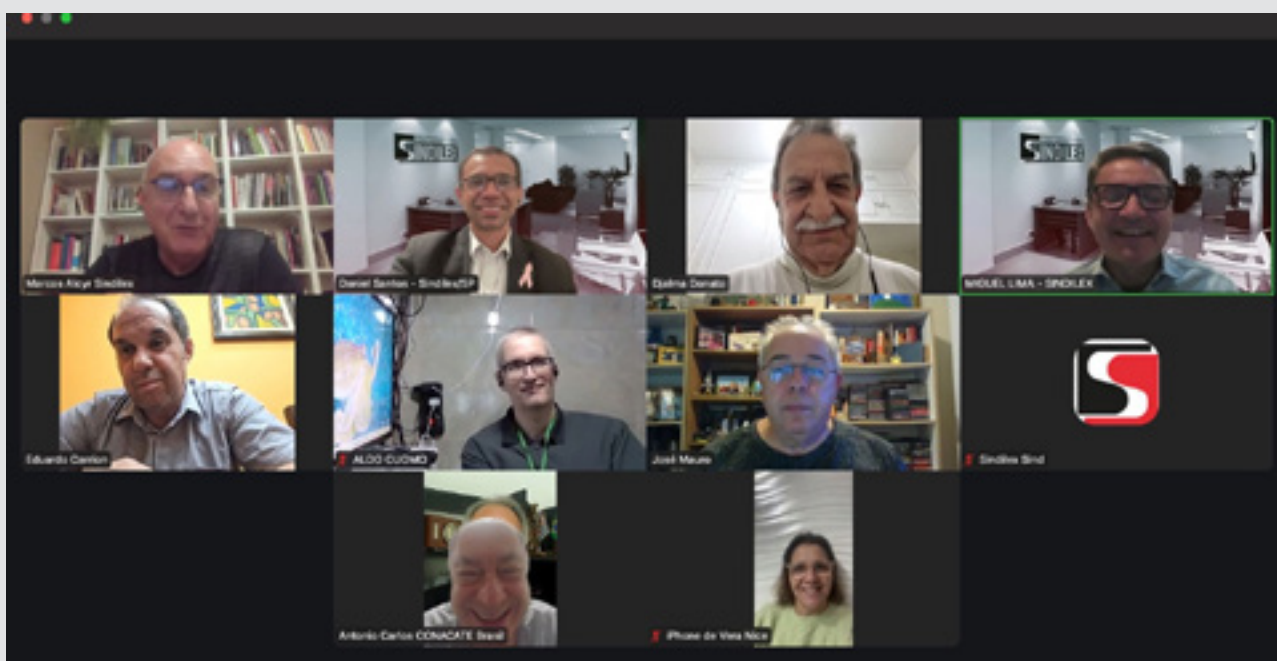
- 1) Extensão do benefício da licença quinquenal para os servidores do TCM e para os celetistas;**
- 2) Teto remuneratório;**
- 3) Informes sobre a mobilização da Pública em Brasília em favor da PEC 06/2024, do PLP 21/2023 e contra a PEC 66/2023.**



Reunião de Diretoria

Reunião de todos os diretores do Sindilex para informes e encaminhamento de lutas da categoria. Sob a coordenação do presidente Daniel Santos, a reunião debateu a seguinte pauta:

- 1) Extensão do benefício da licença quinquenal para os servidores do TCM e para os celetistas;
- 2) Teto remuneratório;
- 3) Informes sobre a mobilização da Pública em Brasília em favor da PEC 6/2024, do PLP 21/2023 e contra a PEC 66/2023.



Reunião do Jurídico do Sindilex

O presidente Daniel Santos e o vice-presidente Miguel Lima se reuniram com os advogados do escritório Innocenti para obter um levantamento das ações em andamento dos servidores das duas Casas. A reunião contou com a participação do servidor Anne Tobos Melnikoff, diretora jurídica eleita do Sindilex.

Reunião do Colégio de Líderes e visita aos setores da CMSP

O presidente Daniel Santos e o vice-presidente Miguel Lima participaram da reunião do Colégio de Líderes e, em seguida, visitaram diversos setores da Câmara Municipal.

Curso de Formação Sindical

Participação na 9ª aula do Curso de Formação Sindical II, realizada em parceria entre a Escola Sindilex e a Pública Central do Servidor. A aula, ministrada pelo ex-ministro José Dirceu de Oliveira e Silva, teve como tema “O programa de reindustrialização brasileiro” e foi transmitida pela TV Sindilex no YouTube.

Plantão do Sindilex no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, onde conversou com autoridades e dialogou com servidores de diversos setores sobre as demandas da categoria. Ele também acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal. Os plantões no TCM geralmente ocorrem nas manhãs de quarta-feira.

Reunião da Pública Central dos Servidores

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, os vice-presidentes Miguel Lima e Marcos Alcyr, e a diretora de comunicação, Sônia Alves, participaram da reunião online da Pública, na qual foi debatida a seguinte pauta resumida:

- 1) Avaliação da mobilização da Pública em Brasília;
- 2) Avaliação da reunião na Casa das Centrais;
- 3) Encontro com Deputados Federais nos Estados;
- 4) Participação no G20 – RJ;
- 5) Outros assuntos.

Curso de Formação Sindical

Participação na 10ª aula do Curso de Formação Sindical II, realizada em parceria entre a Escola Sindilex e a Pública Central do Servidor. A aula foi ministrada pelo professor Ladislau Dowbor, que abordou o tema “A função social da economia”.

Plantão do Sindilex no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, participaram da reunião híbrida da diretoria da Conacate - Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado, realizada em Mato Grosso (MT), na sede do SINDES-MT. Sob a coordenação do presidente da Conacate, Antonio Carlos Fernandes, os presentes debateram o conteúdo da PEC 66/2024, detalhado pela advogada do Escritório Farag, Dra. Luísa Fernandes, pós-graduada em Direito Processual e Gestão e coordenadora da área de Improbidade Administrativa e Direito Sancionador.

SINDICALISMO PELO BRASIL



Pública mobiliza seus filiados para pressionar os Deputados em Brasília

Nos dias 08 e 09 de outubro, a Pública Central do Servidor mobilizou cerca de 60 representantes de suas entidades afiliadas em Brasília para percorrerem os gabinetes dos(as) Deputados(as), a fim de obterem apoio à PEC 06/2024 - que trata da desoneração da contribuição previdenciária do servidor aposentado -, ao PLP 21/2023 - que trata do descongelamento de 583 dias do tempo de serviço do período da pandemia -, e contra a PEC 66/2023 - que aplica de forma integral nos Estados e Municípios a EC 103/2019 (reforma da previdência da União) -, dentre outras pautas de lutas dos servidores públicos.

A mobilização foi um sucesso e muitos gabinetes foram visitados pelos membros da Pública, que deverá repetir essa mobilização em novembro, após as eleições, avaliando que encontraremos o Congresso mais repleto de parlamentares.

Você pode contribuir pressionando os deputados para votarem em favor da PEC 06/24. Basta clicar no link abaixo e apertar no botão pressione aqui. O link é direcionado ao site do Sinafresp que organizou os parlamentares por nome e por estado. Basta acessar e mandar o e-mail.

APOIE OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS NA LUTA CONTRA O CONFISCO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ESSA LUTA É DE TODOS NÓS.

[Acesse aqui para pressionar os parlamentares](#)

Veja o flyer distribuído aos parlamentares do Congresso Nacional ▼

Deputado/a,

o futuro dos servidores públicos depende do seu apoio

A Pública Central do Servidor e suas entidades filiadas solicitam seu apoio dentro do Congresso em dois projetos, que são a **PEC 6/2024** e o **PLP 21/2023**, que não representam impactos orçamentários significativos e sua aprovação irá recuperar direitos fundamentais aos servidores públicos e benefícios indiretos à sociedade.

Também denunciam a **PEC 66/2023**, que mudará as regras previdenciárias nos estados, municípios e Distrito Federal, aumentando a idade mínima, reduzindo os valores das pensões, entre outros ataques aos aposentados e pensionistas.

Diga não à PEC 66/2023!



Leia mais sobre cada um dos projetos no verso



PEC 6/2024



Apoie a isenção gradativa da contribuição para os aposentados com a aprovação da 6/2024 (PEC SOCIAL) e o seu apensamento à PEC 555/2006. A aprovação dessa proposta trará justiça social e benefícios econômicos a todo o Brasil.

A PEC 6/2024 atualiza uma antiga demanda dos servidores inativos, que continuam contribuindo para a aposentadoria mesmo após se aposentarem. A PEC propõe mudanças escalonadas e com baixo impacto, como a isenção de contribuição para aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho, a isenção para aposentadoria por causa de doença incapacitante e, ainda, a redução de forma gradual da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas, à razão de um décimo ao ano a partir dos 66 anos/homem e 63 anos/mulher, com isenção total da contribuição somente aos 75 anos.

A redução/extinção da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados no Brasil pode ter efeitos multiplicadores na economia, como aumento do valor arrecadado com Imposto de Renda, aumento do consumo, estímulo ao investimento e ao mercado imobiliário, impacto positivo sobre o comércio local, aumento da arrecadação de impostos de consumo.

A proposta da Pública e das entidades representativas de servidores públicos é que a PEC 6/2024, do Deputado Federal Cleber Verde (MDB-MA), seja apensada à PEC 555/2006, que já está pronta para votação em Plenário.

Leia a
Nota
Pública
aqui



PLP 21/2023



Descongele o tempo de serviço dos servidores. Vote pelo PLP 143/2023 e ajude a restaurar os direitos perdidos durante a pandemia.

O PLP 21/2023, da Deputada Federal Luciene Cavalcante (PSOL-SP), conhecido como "Descongela Já", visa o descongelamento e pagamento retroativo da contagem do tempo de serviço, entre 27 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, para fins de anuênios, triênios, quinquênios, sextas-partes, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes.

Durante a pandemia, os servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios continuaram exercendo suas atividades e mantendo em funcionamento os serviços públicos para a população brasileira.

O fim do congelamento e o pagamento retroativo, além de restaurar a contagem desse tempo que foi amputado da vida funcional dos servidores, resultariam no aumento do consumo nos estados e municípios, bem como na elevação da arrecadação de impostos sobre o consumo, como ICMS e IPT, impactando diretamente o comércio local.

O PLP 21 foi aprovado em todas as Comissões e está apensado ao PLP 143/2023, da Deputada Federal Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que está pronto para votação em Plenário.

Precisamos do seu voto favorável ao descongelamento dos direitos dos servidores que foram tão importantes quando o País mais precisou.



PEC 66/2023



Diga NÃO à PEC 66/2023! Proteja a autonomia dos estados e municípios e os direitos previdenciários dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

A PEC 66/2023 foi apresentada como uma proposta de solução para as dívidas previdenciárias dos entes municipais, o estabelecimento de limite de pagamento de precatórios e possibilidade de parcelamento destes precatórios. Ocorre que a aprovação de uma emenda de plenário completamente estranha à temática principal da proposta, sem passar pelas comissões, sem a realização de audiências públicas e que, sem respeitar a autonomia dos entes, mudará as regras previdenciárias nos estados, municípios e Distrito Federal, representando uma violação inaceitável aos direitos consolidados dos servidores públicos dos diversos entes federativos.

A PEC obriga Estados, Distrito Federal e Municípios a adotarem as mesmas regras previdenciárias da União, exceto quando possuírem normas mais rigorosas. Isso significa que todas as conquistas locais dos servidores podem ser anuladas, sendo substituídas pelas regras impostas pela EC 103/2019.

Na proposta, se as mudanças não forem implementadas dentro de 18 meses, as regras da União passarão a vigorar automaticamente, afetando a idade mínima para aposentadoria, tempo de contribuição, cálculo de benefícios, alíquotas de contribuição e restrições à acumulação de benefícios, entre outros. O impacto disso é devastador, pois retira a autonomia previdenciária dos entes federativos.

A PEC 66/2023 já foi votada no Senado e encaminhada à Câmara. A Pública, em conjunto com mais de 90 entidades, assinou uma Nota Pública à Nação Brasileira contra a PEC, que ameaça a autonomia dos regimes previdenciários dos estados e municípios.

 www.publica.org.br

 (61) 99527-2887

 publica@publica.org.br

SINDICALISMO PELO BRASIL



Pública participa de reunião preparatória do G20

Na manhã desta terça-feira (15), a Pública Central do Servidor, representada pelo presidente José Gozze e pelo vice-presidente Wanderci Polaquin, participou de reunião com o Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo. O encontro aconteceu na Casa das Centrais e discutiu temas relacionados ao G20 Social, contando com a presença de outras lideranças sindicais.

A reunião abordou questões que buscam promover maior inclusão social e justiça econômica no âmbito internacional, entre elas, as pautas apresentadas pelas centrais, como valorização salarial e fortalecimento da proteção sindical.



Com o vice-presidente Geraldo Alckmin

Na tarde de terça-feira (15), a Pública Central do Servidor, representada pelo seu presidente José Gozze e seu vice-presidente Wanderci Polaquini, além de representantes de outras centrais sindicais, se reuniram com o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, para discutir os impactos e as oportunidades do Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia.

Durante o encontro, as Centrais convidaram Alckmin para o “Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Indústria”, que será realizado em 8 de novembro. O encontro foi uma oportunidade valiosa para a Pública fortalecer os laços com o ministro e intensificar a cooperação com as demais centrais sindicais.



Na foto (reprodução): Wanderci Polaquini, José Gozze e Geraldo Alckmin

SINDICALISMO PELO BRASIL



Entidades do TCE-RS Divulgam Prestação de Contas da Campanha Solidária



O CEAPE-Sindicato (Sindicato dos Auditores de Controle Externo do TCE-RS), a ASTC (Associação dos Servidores do TCE-RS), o SINDTCE (Sindicato dos Oficiais de Controle Externo do TCE-RS) e a AFATCE (Associação dos Funcionários Aposentados do TCE-RS) vêm à presença de todos os colaboradores da Campanha **“Servidores e Sociedade em uma Ação Solidária”** para apresentar a Prestação de Contas Final dos valores arrecadados e sua aplicação, até o dia 10/09/2024, dados que marcaram o encerramento da Campanha de auxílio material aos desabrigados pelas enchentes históricas de maio de 2024.

[Clique aqui para acessar notas fiscais, fotos das entregas e extrato bancário](#)

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



TCU Aponta Falhas na Governança Climática do País

Auditoria destaca que não há continuidade dos planos estratégicos e falta transparência na aplicação de recursos financeiros destinados ao combate às mudanças climáticas

O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou falhas na governança federal voltada para o enfrentamento da crise climática. A auditoria, realizada entre agosto de 2023 e junho de 2024, avaliou a estrutura de políticas públicas e a gestão de recursos financeiros destinados ao tema, alertando para a necessidade de uma coordenação mais eficiente entre governo federal, estados e sociedade civil.

A fiscalização do TCU destacou, ainda, que não há continuidade de instrumentos de planejamento, como o Plano Clima, de 2008, e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), de 2016. Ambos foram abandonados ao longo dos anos, o que prejudicou a capacidade do País de implementar medidas efetivas contra o aquecimento global. Além disso, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída em 2009, foi considerada desatualizada em relação a compromissos internacionais assumidos posteriormente pelo País, a exemplo do Acordo de Paris.

Diante dos resultados apresentados pelo relator Vital do Rêgo, os ministros do TCU recomendaram ações estratégicas voltadas para o aprimoramento das políticas de mudança climática no Brasil. Ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) foi recomendado que:

- Institua um novo Plano Nacional de Mudança do Clima por meio de um instrumento normativo adequado para garantir a efetiva atribuição de responsabilidades aos órgãos e entidades envolvidas na implementação do plano;
- Estabeleça uma sistemática de monitoramento, avaliação e revisão do Novo Plano do Clima;
- Submeta à Casa Civil uma proposta de atualização da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC);
- Articule a integração entre governo federal, estados, Distrito Federal e municípios por meio da Câmara de Articulação Interfederativa;
- Avalie a estrutura e funcionamento do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC).

Além disso, o Tribunal recomendou ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) que tome ciência do desequilíbrio na paridade entre representantes do setor público e da sociedade civil no Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC).

[Leia mais clicando aqui](#)

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



Câmara Federal Aprova Projeto que Autoriza Participação de Municípios em Contratos de Energia

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (17) o Projeto de Lei 1272/24, que confere participação ativa a municípios, Distrito Federal e consórcios intermunicipais nas licitações e no acompanhamento de contratos de distribuição de energia elétrica.

O relator, deputado Cleber Verde (MDB-MA), defendeu a aprovação do texto, que seguirá para análise do Senado. “A mudança trará maior eficiência e responsividade à prestação dos serviços de energia elétrica”, assegurou o relator.

“Os municípios e o Distrito Federal poderão agir diretamente no planejamento e na resposta aos problemas, evitando assim que situações críticas, como a falta de energia, se prolonguem sem intervenção rápida e eficaz”, disse Cleber Verde.

O relator decidiu, após os debates em Plenário, acatar sugestões dos colegas para permitir que os consórcios intermunicipais também participem dos contratos de serviços de distribuição de energia elétrica, nos respectivos territórios.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

[Leia mais clicando aqui](#)

TEXTOS CRÍTICOS

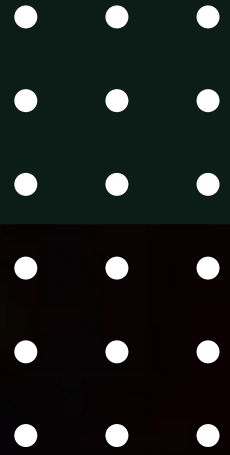


Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

Apagão: especialistas apontam falência do modelo de privatização

Bruno Bocchini - Repórter da Agência Brasil

Publicado em 17/10/2024

Especialistas ouvidos pela Agência Brasil apontam a falência do modelo de privatização do setor de distribuição elétrica no Brasil e a falta de planejamento da empresa concessionária Enel e da prefeitura como determinantes na demora da restauração da energia elétrica na capital paulista. Um apagão, iniciado na última sexta-feira (11), ainda atinge parte da capital paulista nesta quarta-feira (16).

De acordo com o engenheiro eletricitista Ikaro Chaves, a deterioração da qualidade da prestação de serviço na distribuição de energia elétrica, como

observada em São Paulo, evidencia a falência do modelo do setor elétrico brasileiro, baseado na privatização e na regulação estatal do setor.

“Ano que vem, faz 30 anos que a primeira distribuidora foi privatizada, que foi a distribuidora do Espírito Santo. Já é tempo suficiente para a gente fazer uma avaliação desse modelo, se deu certo ou se não deu. E eu acho que está mais do que provado que ele não tem funcionado”, destacou Chaves.

“A questão principal aqui é que o modelo faliu. E por que o modelo faliu? Na verdade, porque é evidente: você está falando de um setor monopolista. Não é possível que a concorrência atue do ponto de vista de beneficiar o consumidor”, acrescentou.

O engenheiro ressalta que a regulação do setor, executada por uma agência reguladora – que tem como função defender o interesse público no modelo privatizado do setor – também tem se mostrado falha.

“O custo com mão de obra não pode ser incorporado à tarifa. Esse é um custo que tem de ser administrado pela empresa. E, pelo menos, a justificativa que a própria Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica] coloca é que isso visa a aumentar a eficiência. E como a concessionária vai aumentar a margem de lucro? Ela só pode aumentar reduzindo despesa. Ela vai reduzir a despesa no pessoal”, diz Chaves.

De acordo com o Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, nos últimos seis meses a Enel desligou 227 empregados da área de manutenção, responsáveis pelo religamento da rede de energia.

“Esse modelo não tem funcionado. É um modelo que vai sempre no sentido da precarização do trabalho. E as pessoas esquecem que a manutenção é feita necessariamente por pessoas. Então, a manutenção preventiva, como a troca dos equipamentos, limpeza de isoladores, com a verificação, com termografia, enfim, toda manutenção preventiva é feita por pessoas”, diz Ikarô Chaves.

Para o professor do Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétrica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, José Aquiles Baesso Grimoni, a demora na religação da rede elétrica da capital paulista está relacionada principalmente à falta de coordenação entre a concessionária e a prefeitura.

Segundo ele, o comitê de crise da cidade de São Paulo não funcionou. “À medida que a árvore cai e atinge a rede elétrica, pode ocasionar desligamento e aí você tem que retirar a árvore primeiro para poder fazer a recomposição da rede e energizar todas as casas. Faltou um pouco de coordenação, talvez o comitê de crise. É uma situação emergencial, então todos os envolvidos têm que sentar, conversar, planejar e agilizar a recomposição”.

O professor ressalta que a solução apontada para os problemas de queda recorrentes de energia enfrentados na capital paulista é o enterramento da rede. No entanto, para realizar esse tipo de alteração, será necessário a atuação federal, estadual e municipal.

“Tem que ter investimento da prefeitura, do estado e do governo federal para fazer esse enterramento, porque se deixar para a distribuidora de energia, ela vai querer repassar esses custos para os consumidores”, disse.

Grimoni ressalta que a decisão pelo enterramento da rede elétrica pode enfrentar problemas de ordem política e econômica, já que o procedimento tem custo elevado e não ganha grande visibilidade.

“O problema todo é um pouco essa questão de estar enterrado, não dá voto nisso, você não vê, não inaugura. Então, tem um lado político também. O cobertor é curto, como dizem. Mas eu acho que o problema não é técnico. O problema é político e econômico”.

Fonte: Agência Brasil

[Leia o mais clicando aqui](#)

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

INFORMES IMPORTANTES

OUTUBRO


PLANTÃO JURÍDICO
online
 com Advogados

PARTICIPE!

PAUTA

Ação do Quinquênio
sobre a Parte Fixa

 DIA 29/10
 HORÁRIO 11H



Acesse o zoom pelo QR Code ou no link abaixo

[Acesse aqui](#)

NOVEMBRO


PLANTÃO JURÍDICO
online
 com Advogados

PARTICIPE!

PAUTA

Ação de Migração
para a Previdência Complementar

 DIA 05/11
 HORÁRIO 11H



Acesse o zoom pelo QR Code ou no link abaixo

[Acesse aqui](#)


PLANTÃO JURÍDICO
online
 com Advogados

PARTICIPE!

PAUTA

Ação de diferenças do PASEP

 DIA 19/11
 HORÁRIO 11H



Acesse o zoom pelo QR Code ou no link abaixo

[Acesse aqui](#)

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



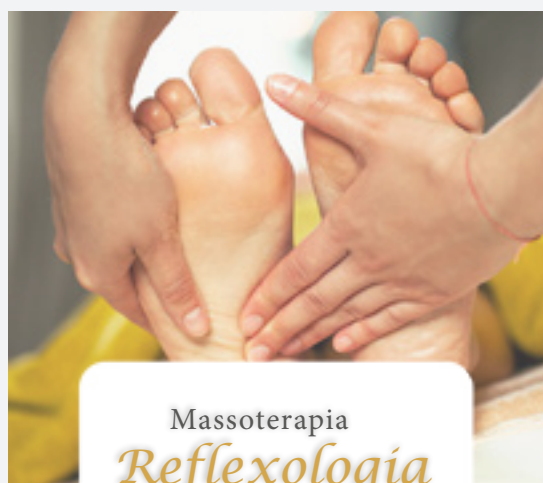
Massoterapia
*Drenagem
Linfática*



Massoterapia
Spa dos Pés



Massoterapia
*Massagem
Relaxante*



Massoterapia
Reflexologia



Massoterapia
Quick Massage

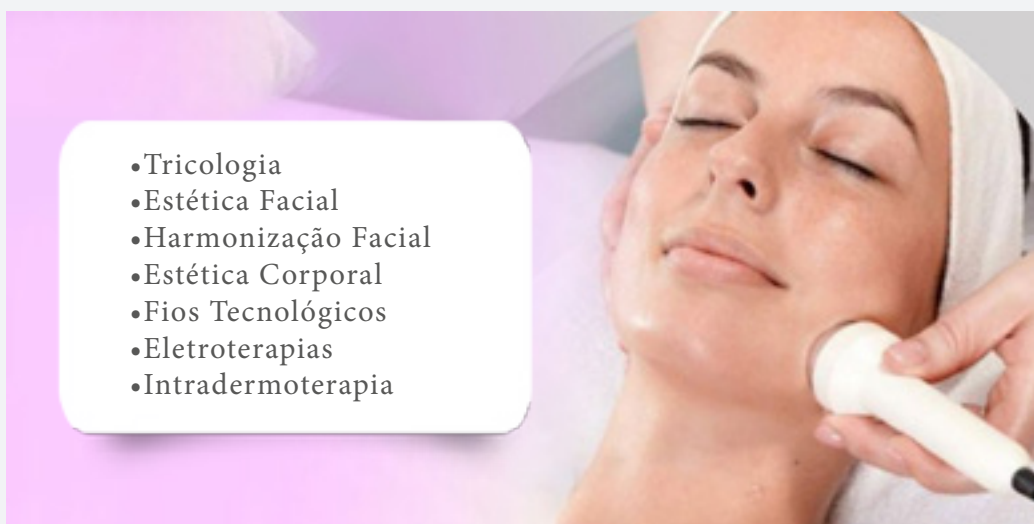
DIA DE ATENDIMENTO
SEGUNDAS-FEIRAS

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

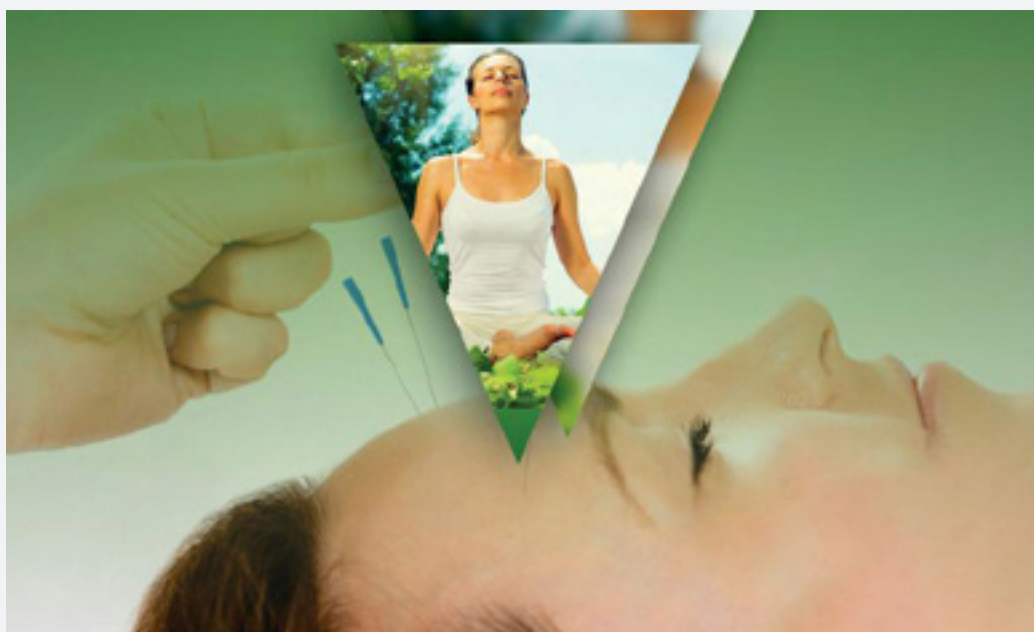
ESTÉTICA AVANÇADA

DRA. MARGARETE HAMAMURA

- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia



ACUPUNTURA



AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início do mês de outubro, o Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.150, fixou teses sobre a responsabilidade do Banco do Brasil por saques indevidos ou má gestão dos valores em contas vinculados ao PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, podem ter direito à restituição de quantias significativas se forem detectadas irregularidades em seus extratos de conta PASEP.

Finalidade da Ação

A ação visa o ressarcimento de danos ocorridos em razão do desfalque em conta individual vinculada ao PASEP.

Perguntas e respostas sobre o PASEP

1) Existe data-limite para ingressar com a ação?

- Não existe limite. O prazo prescricional vai começar a correr após a entrega dos documentos pelo banco.

2) Os filhos podem entrar em nome de pais falecidos?

- Os filhos podem entrar com a ação em nome dos pais falecidos. A dificuldade que eles podem encontrar é de obter o extrato do PASEP junto ao Banco do Brasil.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

- **Requerimento Extratos do PASEP:**

[Clique aqui para acessar o formulário](#)

Obs: Para os períodos anteriores a 1999, solicitar extrato ao Banco do Brasil em formato microfilmado.

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- **Contrato de consultoria dos cálculos (fase preliminar)**

[Clique aqui para acessar o formulário \(filiado ao Sindilex\)](#)

[Clique aqui para acessar o formulário \(não filiado ao Sindilex\)](#)

- **Procuração**

[Clique aqui para acessar o formulário](#)

- **Contrato de serviços advocatícios**

[Clique aqui para acessar o formulário \(filiado ao Sindilex\)](#)

[Clique aqui para acessar o formulário \(não filiado ao Sindilex\)](#)

- **Documento de identidade (RG) e CPF**

- **Comprovante de endereço**

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais